



PODER,
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA



**RELATÓRIO DE INSPEÇÃO
ORDINÁRIA GERAL**

**DA COMARCA DE MATRIZ DE
CAMARAGIBE**



RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA GERAL

1. ÓRGÃO JURISDICIONAL INSPECIONADO

- COMARCA DE MATRIZ DO CAMARAGIBE

MAGISTRADO E SERVIDORES

Juiz de Direito: Yulli Roter Maia

Assessor de Juiz: não há.

Escrivão: não há.

Analistas Judiciários:

- 1) Maria Cleópatra Sampaio de Mendonça Melo – servidora estável no serviço público, respondendo pela chefia da secretária, contudo, sem Portaria da Presidência;
- 2) Andréa Cláudia de Moraes Sampaio;
- 3) Jadson de Mendonça Melo; e
- 4) Ana Penélope Sampaio Batinga Nascimento.

Oficiais de Justiça:

- 1) Jadson de Albuquerque Melo; e
- 2) Janaína Virgínio Nascimento Gonçalves de Lucena Dourado;

Funcionários cedidos pela Prefeitura:

- 1) José Cícero dos Santos (administrativo);
- 2) Janaína Mendonça da Silva (administrativo);
- 3) Maria Madalena Santos da Silva (serviçal); e
- 4) Maria Benedita dos Santos (serviçal).



CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Estagiária:

1) Ivia Beneah das Neves Teixeira (Prefeitura).

2. INSPEÇÃO

Trata-se de inspeção ordinária geral realizada, no dia 13/03/12, das 9h às 17h, nos serviços judiciários da Comarca de Matriz do Camaragibe.

Com efeito, a Portaria nº 29, de 09 de fevereiro do ano em curso, da lavra do Corregedor-Geral da Justiça, definiu claramente os pontos a serem observados nas inspeções, tendo-as como ordinárias e gerais, de caráter preventivo, sem prejuízo evidentemente de possível correção, tudo nos termos do Planejamento Estratégico para o biênio 2011/2012, inclusive considerando e atendendo à meta de nivelamento da Corregedoria Nacional de Justiça.

Dentro da metodologia estabelecida, restaram analisadas as seguintes situações:

a) estrutura física e recursos humanos:

O Fórum local é dotado de uma estrutura física satisfatória, mas há necessidade de uma pequena reforma (pisos soltos, infiltrações e pintura). A linha do telefone/fax apresenta constantes falhas. **Sugiro, logo, que seja oficiada à DARAD, com vistas à promoção de diligências pertinentes perante o FUNJURIS e à empresa de telefonia.**

No tocante aos recursos humanos, constatou-se que a Comarca de Matriz do Camaragibe não possui escrivão, estando respondendo pela Secretaria, precariamente, a servidora estável no serviço público no cargo de Escrevente Juramentada, hoje Analista Judiciário, **Maria Cleópatra Sampaio de Mendonça Melo**. É de se frisar, entretanto, que a sua assunção à função de Chefe de Secretaria não foi conduzida por Ato da Presidência deste TJ, para substituir o Escrivão, condição esta *sine qua non* para receber a diferença por substituição pelo cargo em questão.

Observa-se, por outro lado, que o quadro de pessoal se encontra completo, carecendo, tão somente, da nomeação de um escrivão, o que se dará mediante concurso público que se avizinha.

Por fim, verificando que existem quatro servidores municipais e uma estagiária trabalhando no Fórum, torna-se necessária uma consulta à Presidência do TJ acerca de eventual celebração de convênio de cooperação com a Prefeitura Municipal de Matriz do Camaragibe. **Sugiro, assim, seja oficiada à**



CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Presidência do TJ, para encaminhar cópia do convênio e do instrumento individual de cessão dos servidores.

b) atendimento aos usuários:

Durante os trabalhos de inspeção, não houve procura, para reclamação, de jurisdicionado. Ouvido, o Magistrado informou que não verificou qualquer problema a esse respeito. Não se tem o e-mail da Comarca, pelo que **sugiro seja instada à DIATI, para providências.**

c) julgamento cronológico dos feitos da Meta 2 do CNJ – processos distribuídos até 31 de dezembro de 2006:

Ainda existem vinte e quatro processos inseridos na Meta 2 do CNJ, ou seja, que não foram julgados até 31 de dezembro de 2006, verificados na inspeção e apresentados pelos servidores do cartório, muito embora o SAJ/PG5 retrate somente dezessete processos. **Sugiro, neste item, determinação ao Juiz de Direito no sentido de que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam julgados todos os feitos.**

d) autos com mais de 100 (cem) dias sem movimentação:

Ficou verificado, na inspeção, que há vários processos paralisados há mais de 100 (cem) dias, principalmente os de execução fiscal. Aferiu-se, também, que há um grande número de processos no cartório para cumprimento de comando do Juiz de Direito. Diante do quadro verificado, opino: **a) pelo regular andamento/cumprimento dos processos paralisados há mais de 100 dias, primordialmente os 344 que se encontram aguardando publicação/cumprimento de sentença, devendo esta providência ser atendida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, encaminhando-se, ao final, relatório circunstanciado a esta CGJ; e b) que o Juiz de Direito encaminhe a esta CGJ relatório detalhado da movimentação dos processos relativos às execuções fiscais, no prazo de 30 (trinta) dias.**

e) tramitação de autos prioritários, a exemplo de partes idosas e/ou portadores de deficiência física e réus presos:

Verificou-se que, dos 23 (vinte e três) processos prioritários que tramitam, 04 (quatro) se encontravam atrasados, sendo eles: 0000466-11.2011.8.02.0023; 023.10.000096-0; 0000537-13.2011.8.02.02.0023 e 0000385-62.2011.8.02.0023.

Com relação aos processos com réus presos examinados, não se constatou atrasos em suas tramitações.

Logo, sugiro que se oficie ao Magistrado, para, juntamente com sua equipe, promover o regular andamento dos feitos aqui elencados, com encaminhamento, no prazo de 30 (trinta) dias, de relatório detalhado das providências efetivadas.



CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

- f) **autos que, porventura, possuam pessoas albergadas pelo disposto na Lei nº 9.807/99:**

Não se verificou processo nessa situação.

- g) **feitos que versem sobre improbidade administrativa:**

Tramitam 04 processos na Comarca sobre improbidade administrativa. Ocorre, porém, que 2 (dois) estavam em carga para os Procuradores do Município (08.03.2012), 1 (um) para o representante do Ministério Público (08.03.2012) e 1 (um) fora remetido ao TJ (24.07.2008), o que impossibilitou a verificação deles *in loco*. **Diante disso, sugiro a fixação do prazo de 15 (quinze) dias para o Juiz de Direito detalhar o andamento atual desses feitos.**

- h) **cumprimento dos provimentos editados:**

Dos provimentos indagados, o Juiz informou que vem dando cumprimento regular.

Sugiro, entretanto, que, nos sistemas eletrônicos, o Magistrado providencie o seu cadastramento para utilização do RENAJUD, INFOJUD, INFOSEG e SIEL/TRE, os três primeiros perante a DIATI e o último perante a Corregedoria Regional Eleitoral, no prazo de 30 (trinta) dias, informando sobre o seu cadastramento nos 30 (trinta) dias subsequentes.

- i) **verificação de bens/objetos apreendidos na unidade:**

As armas, ainda existentes nas Secretarias, e os bens/objetos estão guardados em local seguro. As armas, por sinal, após o trânsito em julgado da sentença ou quando arquivados os inquéritos, são remetidas ao Exército, cumprindo-se, pois, o Provimento nº 36/2011, desta CGJ. Foi lembrada aos servidores a determinação de que o arquivamento dos processos somente será possível após o registro da destinação dos bens/objetos e armas apreendidos no SAJ/PG5.

- j) **matérias diversas:**

Restou constatado, por fim, que o Magistrado não realizou a inspeção anual dos serviços extrajudiciais (Provimento nº 02/2011, desta CGJ), não formou a equipe de agentes de proteção e também não instalou o conselho da comunidade (Lei nº 7.210/84, arts. 80/81), bem como não vem exercendo assídua fiscalização dos serviços da secretaria, o que, aliás, poderia ser realizado por meio eletrônico, mediante o acompanhamento do vencimento dos prazos pelo SAJ/PG5. Por fim, pairou dúvida quanto à residência do Juiz de Direito na Comarca, considerando que o endereço fornecido a esta CGJ coincide com o endereço do Cartório Eleitoral. Logo, **sugiro determinação ao Juiz de Direito para sanar essas irregularidades e informar o local de sua residência na Comarca, no prazo de 30 (trinta) dias.**



CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA



3. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, tenho que o Magistrado e a “Chefe de Secretaria” não estão a exercer de forma eficaz o controle do cumprimento dos atos processuais, uma vez que ainda há processos da Meta 2 do CNJ pendentes de julgamento e ainda há muitos processos paralisados na secretaria, o que gera a impressão de falta de empenho daqueles que labutam no Fórum da Comarca de Matriz de Camaragibe.

É o relatório.

Maceió, 29 de maio de 2012.



JAMIL AMIL A. DE H. FERREIRA

Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça